

UM DIA AGITADO

JORNAL DA TARDE

20 MAI 1987

Sentindo-se ameaçados, os constituintes fizeram coro contra Sarney.

É grave

O pronunciamento do presidente José Sarney mobilizou praticamente toda a sessão de ontem da Constituinte, e foi classificado de diversas maneiras: golpe branco, ameaça à própria Constituinte, interferência, um acinte, uma afronta. Os poucos que se habilitaram a manifestar agrado com a nova postura de Sarney — que segundo alguns deixou de lado sua atitude contemplativa — eram do PMDB ou, em menor número, do PFL.

"Estamos diante de um homem ou de um cínico?", perguntou, num discurso violento, o líder do PDS, deputado Amaral Neto, lembrando que Sarney em sua primeira reunião do Ministério, em 7 de maio de 85, assumiu o compromisso de Tancredo Neves em acatar a decisão da Constituinte e manifestou sua preferência por um mandato de quatro anos.

Lembrando outras promessas de Sarney, Amaral Neto disse que por 32 vezes em pouco mais de dois anos o presidente afirmou que "a inflação estava domada" o "monstro" estava vencido, e sempre garantiu que "o governo nada anunciaria que não pudesse cumprir". Diante da realidade nacional, ele acusou Sarney de "mentiroso" e "tapeador". E, no restarante da Câmara, dirigiu-se aos deputados Jofran Frejat (DF), Alberico Cordeiro (AL) e Humberto Saito (MG), todos do PFL, chamando-os de "vassalos do rei".

Na reunião da bancada do partido com a cúpula, à tarde Amaral Neto apresentou o resultado de um levantamento que fez: 11 constituintes pedessistas querem diretas para a Presidência em 88; seis, defendem eleição 120 dias após a promulgação da nova Constituição; sete (entre eles Delfim Neto, Virgílio Távora e Jarbas Passarinho) querem mandato de seis anos para Sarney; quatro não quiseram opinar.

Mas, a grande preocupação dos parlamentares era quanto à ameaça que o pronunciamento lançou sobre a soberania da Constituinte. Para o deputado Adroaldo Streck (PDT-RS), Sarney "atropelou" a Constituinte, com a sutileza de um "bulldog", no momento em que o PMDB se reuniria para deliberar sobre a questão. Mas, se fez isso, é porque "está com as costas juntas, tem o apoio do Exército" concluiu Streck. Em nota oficial do partido, o presidente nacional do PDT, Doutel de Andrade, argumentou que o mandato de seis anos é ilegítimo "pois emana do famoso pacote de abril baixado em 7º pelo general Geisel".

"Os militares podem querê-lo por seis anos", assim como os funcionários do Planalto e os ministros de Estado, "mas o povo já está saturado", disse o líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva. Para o também petista José Genoíno (SP), o pronunciamento representa "uma interferência" nos trabalhos da Constituinte. Sarney, a seu ver, "pronunciou-se de forma autoritária, fez um comunicado, ferindo, assim, a soberania da Assembléia Nacional", responsável pela definição da questão. Endossando a opinião de Lula, o deputado Adolpho de Oliveira, falando pela liderança do PL, disse que Sarney "frustrou" os que esperavam soluções para a crise, para a inflação. Pelo PC do B, o deputado Aldo Arantes considerou o pronunciamento "um golpe branco contra o povo e a Constituinte", revelando o completo abandono dos compromissos da Aliança Democrática. Para Aldo Arantes, Sarney portou-se como um ditador. E o deputado, dirigindo-se ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, pediu que ele não permita que o Executivo "continue enxovalhando a Assembléia e sua própria autoridade na condição de seu presidente".

José Maria Eymael, deputado pelo PDC de São Paulo, advertiu que o País está sob ameaça concreta da tirania, submetida aos caprichos do presidente. Eymael disse

Falcão agradece. Em nome do pacote de abril.

O ex-ministro da Justiça Armando Falcão concorda: pela lei, Sarney tem direito ao mandato de seis anos. Afinal, recorda, quando senador "Sarney nunca deixou de apoiar e garantir sua solidariedade ao pacote de abril" (que instituiu a duração de seis anos para os mandatos presidenciais).



que não era possível silenciar diante da grave "afronta" do presidente à Nação, ao Congresso e à Constituinte, em tom autoritário e com linguagem rancorosa.

"É grave. Ele está querendo nocautear a Constituinte no primeiro round", afirmou Amaury Müller (PDT-RS). E Walter Pereira (PMDB-MS) respondeu: "Se ele está com essa idéia, se arrebitou ontem. Ele perdeu o apoio dos constituintes que queriam seis anos de mandato, porque passou a ser uma ameaça ao processo político".

"Foi um grande choque, uma decepção profunda", reagiu o presidente da Subcomissão do Poder Legislativo, deputado Bocayuva Cunha (PDT-RJ), refletindo a perplexidade da maioria dos membros da subcomissão. "Nunca se viu isso na República. Isto é incrível", disse o senador Itamar Franco, preocupado: "E se a Assembléia Nacional determinar um mandato de quatro anos para Sarney? Ele vai aceitar? E com que forças vai ser mantido no poder?", indagou.

Como uma reação mais prática, o líder do PSB no Senado, Jamil Haddad, apresentou um terceiro projeto de decisão à Constituinte, fixando mandato do presidente da República em quatro anos, com o fim do governo Sarney previsto para março de 1989.

Defesa de Sarney

Em meio aos protestos, a defesa de Sarney coube aos parlamentares do PMDB e do PFL. E o mais veemente foi Prisco Viana (PMDB-BA), um velho amigo de Sarney e ex-secretário-geral do PDS. Ele viu com "agrado" o discurso de Sarney, considerando-o um documento importante, sobretudo pela preferência manifestada em favores do presidencialismo.

Para o deputado José Santana de Vasconcelos (PFL-MG) "o pronunciamento foi muito bom", acentuando: "Agora, Sarney quer conferir entre os políticos com quem pode contar ou não".

Essa foi também a opinião do paulista Roberto Cardoso Alves, membro da Executiva Nacional do PMDB. Favorável ao mandato de seis anos, Cardoso passou, agora, a aceitar e defender os cinco anos propostos por Sarney. Assim como Cardoso, o líder do PFL, deputado José Lourenço, acredita que essa nova postura do presidente, deixando de esperar definições da Aliança Democrática, lhe garantirá uma sólida base parlamentar interpartidária, além do apoio de quase todos os governadores do PMDB.